

OUTROS ENSAIOS

CATEGORIAS ARISTOTÉLICAS: UMA DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA

Júnia Diniz Focas
Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

O fato de que a língua seja um conjunto ordenado, de que revele um plano, incita a procurar no sistema formal o decalque de uma “lógica” que seria inerente ao espírito e, pois, exterior e anterior à língua. Na verdade só se constroem assim ingenuidades e, tautologias.¹

A passagem reproduzida foi retirada de um texto de Benveniste (1958) no qual atribui uma descrição lingüística ao conceito aristotélico de “categoria”, compreendida como certas propriedades que se podem designar para as palavras, conferindo-lhes significações isoladas.

Suas idéias revelam uma discordância com certos parâmetros lógicos que foram originalmente postulados para descrever as classes de palavras e cujos vestígios permanecem até hoje nessas descrições. Retoma a categoria em uma outra dimensão que não a situa como elemento de uma relação lógica estrita, mas, essencialmente, como um fenômeno de expressão lingüística.

As categorias de Aristóteles, genericamente denominadas por ele como “tópicos”, são ainda objeto de muitas controvérsias entre lógicos, filósofos e lingüistas, já que se admite serem elas uma

¹ BENVENISTE, 1976. p.79.

taxonomia que prevê os tipos de relações logicamente verdadeiras ou falsas no contexto de uma proposição. Nestes termos, fundamentam-se por constituírem um tipo de predicado passível ou não de se aplicar a determinada forma de expressão, sendo essa possibilidade que as colocam como detentoras de uma argumentação retórica coerente.

A repercussão desse pensamento filosófico acarretou importantes conseqüências metodológicas, sejam elas nas análises gramaticais, como também lógicas e filosóficas. E é exatamente essa questão que Benveniste rediscute, dizendo-nos que, além dessas características, as categorias representam o lugar das relações lingüísticas, premissa que consiste em sua própria condição de existência.

1. Os Tópicos

Ao conceituar os tópicos, Aristóteles, provavelmente, tinha em mente articular os pressupostos lógicos que norteariam uma argumentação retórica, objetivo principal do orador grego. Pelo que se pode depreender de sua obra, argumentação retórica, raciocínio e dialética possuíam condições de pensamento lógico distintas das que conhecemos na atualidade.

A função principal de uma argumentação retórica é desenvolver um tipo de raciocínio lógico que se subdividia em dois subtipos: o *contencioso* ou *crítico* e o *dialético*. Este “parte de opiniões geralmente aceitas”, enquanto aquele “parte de opiniões que parecem ser geralmente aceitas, mas não o são realmente”. Segundo esse ponto de vista, deve-se procurar demonstrar a respeito de quantas coisas e de que espécies de coisas se argumenta e de que forma pode-se articular um raciocínio dialético a respeito das mesmas.

Assim sendo, Aristóteles distingue *proposição* de *problema*, estabelecendo os argumentos para as *proposições* e os raciocínios para os *problemas*, salientando que a diferença entre eles reside na construção da frase. Segundo ele, tanto a proposição quanto o

problema indicam um *gênero*, uma *peculiaridade* ou um *acidente*, o que define o que é *essência* e o que não é *essência*, estendendo esses princípios ao raciocínio argumentativo. Isso posto, tanto a *proposição* quanto o *problema* são formados por quatro elementos definidores: a *definição*, a *propriedade*, o *gênero* e o *acidente*. Assim sendo, Aristóteles estabelece os seguintes princípios:

- *Definição* – “frase que significa a essência de uma coisa.”
- *Propriedade* – “predicado que não indica a essência de uma coisa, mas que pertence exclusivamente a ela e dela se predica de maneira conversível.”
- *Gênero* – “aquilo que se predica, na categoria de essência, de várias coisas que apresentam diferenças específicas.”
- *Acidente* – “algo que pode ou não pertencer a uma coisa, sem que por isso a coisa deixe de ser ela mesma. Pode ser uma propriedade temporária ou relativa.”

Primordialmente, a intenção de Aristóteles, ao definir esses quatro elementos do raciocínio argumentativo, era de estabelecer elementos de significação e sentido que circunscrevessem as proposições e os problemas dialéticos em uma esfera argumentativa que definisse objetivamente a verdadeira intenção do orador no que dizia respeito ao desenvolvimento de uma argumentação retórica, não apenas convincente, mas, principalmente, coerente, já que se tinha em vista um outro contendor. Os elementos pressupostos nesses quatro princípios articulavam-se nas condições de verdade que determinada proposição expressava conforme a idéia que se desejava enfatizar no espaço retórico.

Desse modo, os argumentos dialéticos, fundamentados na indução e no raciocínio, resumiam-se na universalização dos problemas dialéticos (as teses), ao mesmo tempo em que asseguravam à proposição seu real sentido no contexto proposicional.

Ao que parece, as condições de verdade ou de falsidade não contemplam a essência do tópico, mas sim o modo como articulam

o sentido no espaço da argumentação retórica, já que se admite a presença de vários significados em um único termo. Quanto a isso, Aristóteles afirmava: “Sempre que o termo original comporte mais de um significado, o termo que dele se deriva será usado em mais de um significado, e vice-versa” ou ainda: “quem tenha feito uma afirmação qualquer fez, em certo sentido, várias afirmações”.

A ambigüidade e o sentido pressuposto que determinado termo acarreta parecem direcionar o lugar semântico e discursivo das categorias no contexto filosófico da argumentação retórica e, assim sendo, os elementos definidores do raciocínio argumentativo, quais sejam: *definição*, *propriedade*, *gênero* e *acidente* são atitudes fundamentais para se delimitar o real, mas não necessariamente verdadeiro, sentido de um termo em uma argumentação retórica, já que se admite a fluidez e a relativização de um determinado termo no contexto argumentativo. Como exemplo, estabelece a distinção entre *espécie* e *diferença*, afirmando: “*claro* – cor de um corpo, espécie de cor (espécie); no caso de uma nota musical (diferença).”

Dessa maneira, o fato de os termos serem delimitados, inicialmente, por seus aspectos definidores do raciocínio argumentativo não impõe uma verdade absoluta aos termos retóricos, mas relativiza-os no contexto do raciocínio direcionado a assegurar uma correta argumentação retórica. É interessante observar que a questão da ambigüidade e da metáfora são definidas, por Aristóteles, como “sempre obscuro”, embora admita sua expressividade.

A questão da expressividade não significa aqui o aspecto simbólico do uso da linguagem, sendo resguardada pela idéia da multiplicidade de significados de um termo, explicitamente condicionada à condução de um raciocínio que esteja de acordo com os fatos reais, aos quais o orador alude. O reconhecimento de um certo sentido pelo contendor, no diálogo retórico, está condicionado à maneira como, na oratória, o autor do discurso articula determinado sentido e não outro, ou seja, entre os múltiplos sentidos, alguns são verdadeiros e outros falsos.

Ao que parece, para Aristóteles, o conceito de sentido está fundamentado na condição de verdadeiro ou falso no interior de um

raciocínio argumentativo, ao passo que o significado diz respeito às possibilidades das múltiplas ocorrências de um sentido em determinado contexto. Sobre isso, afirmou:

Além disso, se o termo é usado em diversos sentidos e se estabeleceu que ele é ou não é um atributo de S, deve-se demonstrar o argumento pelo menos num dos vários sentidos, se não é possível fazê-lo em todos. Essa regra deve ser observada nos casos em que a diferença de significados passa despercebida; pois, supondo que ela seja evidente, o adversário objetará que o ponto que ele pôs em questão não foi discutido, mas sim um outro ponto.²

Desse modo, o significado remete para uma espécie de sentido que pode estar ou não pressuposto no interior de um raciocínio argumentativo, sendo que o que pode atribuir uma literalidade ao sentido é a argumentação ser direcionada a um dos elementos definidores da argumentação retórica: a *definição*, a *propriedade*, o *gênero* e o *acidente* e suas subdivisões.

Pelo que se pode depreender das argumentações, a relação lógica e retórica de um termo, em sua proposição, parece residir na paráfrase de um sentido polissêmico, paráfrase esta determinada pelo raciocínio argumentativo.

Segundo Aristóteles, o tópico ou lugar é passível de estabelecer uma argumentação retórica coerente e convincente, como também de ser uma afirmação falsa. Sobre isso, observe o seguinte trecho:

Quem tenha feito uma afirmação qualquer vez, em certo sentido, várias afirmações, dado que cada afirmação tem um número de conseqüências necessárias: por exemplo, quem disse “X é um homem” também disse que ele é um animal, que é um ser animado e um bípede, e que é capaz de adquirir razão e conhecimento, de forma que, pela demolição de uma só destas conseqüências, seja ela qual for, a afirmação original é igualmente demolida.³

² ARISTÓTELES, 1980. p.27.

³ ARISTÓTELES, 1980. p.27.

Assim, a pressuposição que um determinado termo acarreta está condicionada à natureza do tópico, ao seu aspecto universal ou particular, fator que poderá restringir o aspecto polissêmico do termo inserido na argumentação retórica, podendo ou não alargar sua dimensão parafrástica. O que retorna ao problema da definição do que seja uma “proposição dialética” e um “problema dialético”.

Considerando-se, portanto, “X é um homem” como proposição dialética (algo admitido por todos ou pela maioria dos homens) na qual se tem uma série de elementos pressupostos; o mesmo.

Não se diz que as coisas sejam “claras” ou “agudas” em grau igual, nem que uma é mais clara ou mais aguda do que a outra. Donde se segue que “claro” e “agudo” são ambíguos, dado que os sinônimos são sempre comparáveis: sempre se empregam da mesma maneira, ou então em grau maior num dos casos.⁴

Neste último caso, tem-se um “problema dialético”, cuja polissemia de um termo é parafraseada, em termos filosóficos, como sendo um gênero, uma definição, uma propriedade ou essência.

Aqui, a questão da referência e da representação do termo inserido em uma argumentação retórica será essencial para delimitar a fronteira entre o que possa ser significado e sentido para Aristóteles, sendo que o significado pressupõe e representa uma pluralidade de sentidos, determinados pela sua referência filosófica parafrasticamente condicionada.

2. Algumas considerações filosóficas

Ryle (1938), ao descrever as categorias, ressalta ser esta divisão um procedimento impreciso, pois as relações configuradas pelos termos de uma proposição simples obviamente extrapolam as fronteiras do conteúdo proposicional.

As restrições que impõe ao seu emprego baseiam-se no questionamento do conceito de proposição simples, aventando para a

⁴ ARISTÓTELES, 1980. p.19.

possibilidade de paráfrases desse tipos de proposições, esclarecendo que uma dada categoria pode inserir-se em outro contexto sintático mais complexo. Aponta, assim, para a dificuldade de se isolar um determinado termo como tendo função de uma categoria particularizada.

A fim de melhor explicitar o que imaginava ser o pensamento de Aristóteles ao estabelecê-las, monta um esquema, diríamos, de modelo paradigmático no qual os termos de uma proposição (em sua terminologia “fatores proposicionais”) estão condicionados a uma regra sintática que determina sua posição e valor. Ao adotar esse procedimento, sugere a idéia de que elas estariam, de uma certa maneira, sujeitas a esse parâmetros sintáticos e, com isto, demonstra a fragilidade de tal pensamento que creditava a uma palavra simples, na função de “fator proposicional a capacidade de determinar um aspecto semântico e sintático generalizado a uma determinada categoria.

Com essas observações, Ryle tentou introduzir a crença aristotélica de um único tipo de ligação entre palavras, restrito a uma forma sintática permanente e interpretando as categorias como modelos estáticos de proposições simples.

A atribuição de um valor semântico às proposições, delas derivando tipos possíveis de categorias, constitui o ponto fundamental da teoria dos “tipos” (termo técnico que especifica a relação de sentido extraída entre certos termos da proposição) elaborada por Ryle e, certamente, a pedra de toque às críticas da concepção de categoria em Aristóteles. Essa, no seu entender, não passa de uma espécie de paráfrase que, se não empobrecida, deixa escapar outras relações semânticas previsíveis internamente na proposição.

Russel (1946), por sua vez, declara ser para ele incompreensível o sentido de categoria, enfatizando que esse termo não é representativo de uma idéia nítida e útil em filosofia e interpreta-o como “o significado de uma palavra que não é composto pelo significado de outras palavras.”⁵

⁵ Parece que a essência das críticas de Ryle (1938) concentra-se exatamente nessa hipótese levantada agora por Russel.

Para a categoria “substância”, Russel arrola dois sentidos possíveis. O primeiro deles consiste em uma interpretação do termo como expressando uma interdependência em relação ao sujeito. Ao mesmo tempo em que a “substância” não faz parte dele, ela não pode existir sem ele. Conclui então que ela compreende uma propriedade individual inerente a uma coisa, pessoa ou animal. Em um segundo sentido, a “substância” pressupõe uma qualidade coletiva contida na idéia de espécie, “homem” ou “animal”. Interpretação que julga indefensável.

A breve descrição que Russel nos oferece da noção de categoria já é suficiente para corroborar a posição inicialmente expressa por Benveniste: a de uma concepção lingüística das categorias, embora não fosse essa a idéia que Russel tinha em mente ao criticá-las. A seguinte passagem ilustra melhor essas divergências teóricas:

In fact, the question of “essence” is one as to the use of words. We apply the same name, on different occasions, to somewhat different occurrences, wich we regard as manifestations of a single “thing” or “person”. In fact, however, this is only a verbal convenience. The “essence” of Socrates thus consists of those properties in the absence of wich we should not use the name “Socrates”. The question is purely linguistic: a word may have an essence, but a thing cannot.⁶

Dessa afirmação, podemos inferir que o entendimento da “essência” ou “substância” (como categorias) manifesta-se via correspondência lingüística. Segundo Russel, são as condições lingüísticas de uma proposição que remetem para a natureza da categoria e não propriamente as relações lógicas. O fato de que Sócrates esteja feliz, triste, bem ou mal não altera a essência de que ele seja “homem” e, neste sentido, qualquer propriedade que se atribua a ele é logicamente irrelevante, mas lingüisticamente bastante significativa.

Pelo que se pode ainda depreender de sua argumentação, parece que esta “conveniência lingüística” nada mais é do que a consideração de um tipo de expressão referencial que se pode

⁶ RUSSEL, 1948. p.223-224.

atribuir à substância de uma palavra, já que declara ser essa categoria incompreensível de uma perspectiva filosófica. Soluciona esse problema metafísico ao reivindicar o aspecto denotativo da palavra como constitutivo de sua significação. Quanto a isso, observe o que afirma:

Any one can see, in the analogous case of a geographical region, that such a word as “France” (say) is only a linguistic convenience, and that there is not a thing called “France” over and above its various parts. The same holds of “Mr.Smith”; it is a collective name for a number of occurrences. If we take it as anything more, it denotes something completely unknowable, and therefore not needed for expression of what we know.

“Sustance” in a word, is a metaphysical mistake, due to the transference to the word-structure of the structure of sentences composed of a subject and a predicate.⁷

Quine (1951), que parece compartilhar das mesmas idéias de Russel, acrescenta que a noção aristotélica de “essência” foi a precursora da moderna noção de intenção ou de significado. Fato que originou as indagações filosóficas sobre a natureza dos significados, estreitamente relacionados com o problema da referência.

As coisas, para Aristóteles, tinham essências, mas apenas as formas lingüísticas possuem significados. O significado é aquilo no que a essência se transforma quando, divorciada do objeto de referência, é vinculado à palavra.⁸

Do mesmo modo que Russel, impõe objeções à noção aristotélica de significado, argumentando que o fato de se estabelecer essências para determinada palavra não é suficiente para se depreender o significado do termo, sendo até mesmo irrelevante.

Assim, a crença de uma correspondência unívoca e verdadeira entre a forma e o significado de uma palavra, tal como a concebeu

⁷ RUSSEL, 1948. p.224-225.

⁸ QUINE, 1980. p.232.

Aristóteles, não pode ser substanciada por uma teoria lógica ou filosófica comprometida com fatos da língua.

Embora a noção de categoria seja inconsistente de uma perspectiva lógica ou filosófica, como o demonstraram os autores assinalados, certos argumentos para justamente questioná-la desse ponto de vista serão aqui retomados para sustentar o que imagino talvez possa ser retomado da concepção aristotélica de categoria: a manutenção da idéia de “conveniência lingüística”, expressa através da referência e do conceito de representação.

Foucault, diversas vezes, tem ressaltado a convicção de que a exteriorização do pensamento se faz por intermédio do conceito de representação, esse estreitamente relacionado ao espaço cultural no qual se integra.

De sorte que, no âmago da linguagem falada como da escrita o que se descobre é o espaço retórico das palavras: esta liberdade que o signo tem de vir colocar-se, segundo a análise da representação, sobre um elemento interno, sobre um ponto de sua vizinhança, sobre uma figura análoga.⁹

ou ainda:

Se, no fundo de si mesma, a linguagem tem por função nomear, isto é, suscitar uma representação ou como que mostrá-la com o dedo, ela é indicação e não juízo.¹⁰

Esse pensamento coincide com o de Ducrot (Dizível// Indizível) ao nos dizer que a linguagem não se manifesta apenas no plano das impressões imediatas, ou como o quer Bergson (1889) no “plano do vivido”. Ela está substanciada além dele. Ultrapassa o plano real para situar uma forma intermediária de falar que se revela como um espaço de representação que atesta o próprio ato de dizer. Para Ducrot, também, a linguagem não pode constituir um juízo de valor, mas a materialização de um indizível apreendido através da

⁹ FOUCAULT, 1966. p.132.

¹⁰ FOUCAULT, 1966. p.121.

função argumentativa que orienta o dizer para um espaço de representação chamado pelas palavras que o constitui. Em um sentido mais extenso: o próprio ato de dizer constitui, em sua totalidade, um “mostrar”, um “representar”.

Talvez possa ser a relevância da significação da palavra, ligada a seu aspecto representativo e referencial que possivelmente norteie as distinções aristotélicas das palavras em classes e categorias, funcionando estas como formas que asseguram o lugar dos tópicos e, conseqüentemente, da argumentação retórica. Não é, portanto, apenas uma relação lógica entre forma e substância que pode balizar a interpretação das categorias. Elas são, essencialmente, como já o salientou Benveniste, também um fenômeno de expressão e é daí que se pode depreender sua importância para a compreensão das categorias lingüísticas.

3. Categorias: também referência e representação?

Ao se pensar em referência, ressurge a idéia de uma relação entre o sentido e a referência, envolvendo o que é interno ao discurso e o que, ao mesmo tempo, lhe é externo, suscitado pela analogia da dicotomia saussuriana entre o que é significado e significante no signo lingüístico.

Estendendo esta noção para o campo da Semiologia, Barthes (1964) afirma que “o significado não é uma “coisa”, mas uma representação psíquica da coisa”. O que talvez se possa compreender como uma ênfase na relevância da representação na produção do sentido. Cita, inclusive, os estóicos que distinguiram entre a “a representação psíquica”, “a coisa real” e o “dizível”, determinados pelo processo de significação.

A noção de referência implica também a de “identidade” que, de acordo com Frege (1892), aquela se integra ao sentido para expressar uma relação de identidade entre a expressão e sua referência.

Wittgenstein (1953) formula uma definição de referência e representação que, pelos seus princípios, é mais consistente para corroborar a idéia que aqui defendemos: a de uma relação de

referência entre a categoria e o termo a que se refere, relação esta regulamentada por sua função de representação lingüística. Para ele, a linguagem nada mais é do que um jogo que viabiliza a palavra como elemento significativo de uma relação associativa manifestada por intermédio de suas possíveis condições de emprego.

Na estruturação deste pensamento, chama a atenção para o conceito filosófico de “elucidação ostensiva das palavras”¹¹ o qual envolve uma associação de referência entre o objeto e a palavra que o designa, relação mediatizada pela finalidade e funcionamento da palavra.¹² O que implica que o significado de uma palavra é função de seu uso na linguagem e não apenas de uma propriedade que lhe possa ser inerente. Esta afirmação está contida na seguinte passagem: “A gramática da palavra “saber”, está claro, é estreitamente aparentada com a de “poder”, “ser capaz de”. Mas também estreitamente aparentada com a palavra “compreender”.¹³

O “jogo da linguagem” explica-se, então, por colocar em relação certos aspectos da significação que se resumem pelo fato de se “querer dizer algo” e efetivamente “representar algo”. E, desse modo, o sentido das palavras elucida-se pelo seu emprego efetivo em determinada situação de fala, representando a dicotomia sentido/ emprego, o “jogo lingüístico” que atribui significação às expressões.

As idéias de Wittgenstein podem agora ser aproveitadas para relacioná-las com a noção aristotélica de categoria no que diz respeito ao seu aspecto referencial e lingüístico, já demonstrado por Russel.

¹¹ Se tentarmos estabelecer uma analogia entre o significado do conceito aristotélico de categorias e o de “elucidação ostensiva das palavras”, poderemos supor que ambas remetem para a busca de um significado. A diferença principal consiste no fato de que, para Wittgenstein, essa noção tem por condição de existência o “jogo da linguagem”.

¹² A teoria filosófica de Wittgenstein aproxima-se bastante do estruturalismo saussuriano na medida em que a relação entre significado e significante é constitutiva do signo lingüístico, alterada por ele pela condição de emprego que determina o sentido e o valor da palavra.

¹³ WITTGENSTEIN, 1979. p.65.

Isso nos permite avançar mais um pouco em nosso raciocínio e arriscar o palpite de que pode ser também o “jogo da linguagem”, tal como o formulou Wittgenstein, que melhor caracteriza a categoria aristotélica como elemento constitutivo de uma representação lingüística.

A essência do pensamento filosófico de Wittgenstein pode ser comparada com o seguinte raciocínio de Aristóteles para restringir uma categoria a uma proposição dialética. Este exemplifica com a palavra *agudo* a qual, tratando-se de uma nota musical tem como oposto *grave*, e tratando-se de um ângulo sólido, é *obtusos*. Conclui, portanto, que o contrário de *agudo* possui vários significados. *Agudo* não será a mesma coisa quando contrário a *grave* e quando contrário a *obtusos*, embora *agudo* seja o contrário de ambos.¹⁴

Essa maneira de interpretar o significado ou de estabelecer a propriedade de uma palavra aproxima-se bastante do conceito de “elucidação ostensiva das palavras”, compreendido por seu aspecto referencial que se manifesta, segundo Ducrot (Referente), pelo fato de “falar de”. Em outras palavras: “aquilo a que nos referimos é, portanto, aquilo de que falamos”.¹⁵ Nessas condições, associa o ato de “referir” ao ato de “falar de”.

Tratando da questão das categorias aristotélicas, Ducrot parece resgatá-las da “inutilidade” teórica a que filósofos e lógicos a relegaram. Segundo ele, o conceito de categoria não parece tão ingênuo como se supõe, pois, do seu ponto de vista, elas implicam a idéia de referência, materialmente distinta das expressões com função descritiva. Essa idéia encontra-se formulada na seguinte passagem:

¹⁴ Ao tentar estabelecer um paralelo entre a função representativa das categorias e o “jogo da linguagem”, em Wittgenstein, não procedemos à consideração de uma igualdade em seus pressupostos filosóficos. Enquanto Aristóteles procurava o significado isolado de uma palavra, Wittgenstein nega seu aspecto significativo isoladamente, afirmando ser ele determinado por sua condição de emprego. O que, nesta questão, é importante ser ressaltado é o fato de que aqui consideramos que ambas as concepções apontam para uma “representação lingüística”, manifestada através da relação entre os termos encadeados.

¹⁵ DUCROT, 1984. p.429.

Para conseguir o resultado procurado, para fazer de Sócrates o referente e de “Sócrates” a expressão referencial é preciso (claro) fazer uma pergunta mais precisa do que “de que o locutor fala?” Daí a seguinte conclusão: a convicção de que há expressões com função referencial baseia-se numa concepção bastante particular do referente, na idéia de que o referente deve ser constituído por seres individuais, por aquilo que Aristóteles chama “substâncias”.¹⁶

Ducrot ressalta ainda que o “referente não é propriamente o ser descrito pela expressão referencial, mas esse ser *tal como é descrito*, aquilo que aparece na descrição.”

Veja como os pontos de vista entre filósofos e lingüistas são, neste aspecto, conflitantes. Ducrot ressaltou como importante na idéia de “substância” exatamente o que Russel expressou como negativo: o conceito de referência.

Se, como vimos, da perspectiva lógica ou filosófica as “categorias” aristotélicas são desprovidas de qualquer valor intrínseco, é no terreno da lingüística que se pode, talvez, atribuir-lhes alguma consistência e especificidade, asseguradas, principalmente, através da função referencial.

4. As “categorias” como fenômeno de expressão

Benveniste (1958) fornece-nos uma descrição lingüística da categoria, mas, essencialmente, o que pretende com isso é estabelecer a idéia de que elas constituem um fenômeno de linguagem e, neste particular, atribui-lhes um valor lingüístico.

Ser-nos-á permitido considerar essas categorias sem preocupação de tecnicidade filosófica, simplesmente como o inventário das propriedades que um pensador grego julgava predicáveis a um objeto, e conseqüentemente como a lista de conceitos a priori que, segundo ele, organizavam a experiência.¹⁷

¹⁶ DUCROT, 1984. p.429.

¹⁷ BENVENISTE, 1976. p.70-71.

A análise das categorias efetuadas por Benveniste aponta, além da caracterização morfológica e gramatical, para certas propriedades que as situam como expressões lingüísticas e não apenas como meras categorias lógicas. Esta conclusão pode ser extraída das considerações que tece sobre o emprego do verbo *ser* na língua grega e na língua *ewe* (falada no Togo). Nelas, as significações somente podem ser equiparadas no sistema lingüístico onde se inserem, refletindo, assim, uma concepção relativa do conceito de categoria, visto que sua manifestação integra-se a parâmetros da natureza da linguagem.

Se, para Benveniste, “a estrutura lingüística do grego predispunha a noção de *ser* a uma vocação filosófica”, em contrapartida, na da língua *ewe* esta noção deve articular-se de maneira inteiramente distinta. Assim sendo, o conceito de categoria insere-se em uma dimensão mais ampla, revelada pelas conveniências lingüísticas de cada sociedade culturalmente organizada.

A adoção desse pressuposto coloca as suas idéias em consonância com as de Foucault ao afirmar que a interpretação das relações lingüísticas processa-se através do encadeamento do conhecimento, pela maneira como elas podem ser conhecidas.

Se as categorias são pertinentes para refletir certas particularidades do pensamento grego em uma determinada época de sua história, tal suposição não pode ser transposta *ipso facto* para outras línguas ou momentos históricos, já que dali se depreende uma característica inerente a uma civilização tomada isoladamente. Mas fica ainda uma indagação, ou melhor, uma forte ressalva: a de que o conceito de categoria é presumivelmente universal, caracterizando, portanto, a linguagem humana que se articula mediante as relações contidas nas categorias. A resposta a esse impasse nos é dada por Benveniste que conseguiu, de maneira clara, conciliar esse aspecto lógico das categorias com a subjetividade da expressão lingüística.

Ao elaborar essa tábua das “categorias”, Aristóteles tinha em vista arrolar todos os predicados possíveis da proposição sob a condição de que cada termo fosse significante no estado isolado, não encaixado num sintagma, diríamos. Tomou inconscientemente por

critério a necessidade empírica de uma expressão distinta para cada um dos predicados. Dedicava-se, pois, a reconhecer, sem o querer, as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas e essas classes têm uma significação lingüística. Pensava definir os atributos dos objetos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las.¹⁸

A interpretação de Benveniste relativiza, ao mesmo tempo que estende o conceito de categoria, diluído por ele na especificidade de uma expressão lingüística que, juntamente com sua função referencial e representativa, é passível de ser universalmente aplicável às línguas humanas. É essa característica que torna a categoria uma representação lingüística e não estritamente uma função de ordem lógica. Nesse sentido, as categorias constituem, na versão foucaultiana, uma dispersão, integradas em uma “arqueologia do dizer”.

¹⁸ BENVENISTE, 1976. p.70-71.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Os tópicos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- BENVENISTE, E. Categorias do pensamento e categorias de língua. In: *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Edusp, 1976.
- DUCROT, O. Referente. In: *Linguagem – Enunciação*. Lisboa: Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 1984. Enciclopédia Einaud, v.2.
- DUCROT, O. Dizível/Indizível. In: *Linguagem – Enunciação*. Lisboa: Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 1984. Enciclopédia Einaud, v.2.
- FOUCAULT, M. Falar. In: *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- QUINE, W. *Dois dogmas do empirismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- RUSSEL, B. *History of Western Philosophy*. London: George Allen and Unwin, 1948.
- RYLE, G. *Categorias*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

Resumo

Neste texto, procede-se à análise das categorias de Aristóteles, genericamente denominadas como “tópicos”, estabelecendo para elas uma análise lingüística, já que se admite serem uma taxinomia que prevê os tipos de relações de sentido no contexto de uma proposição. Nestes termos, fundamentam-se por constituírem um tipo de predicado passível ou não de se aplicar a determinada forma de expressão, sendo essa possibilidade que as colocam como detentoras de uma argumentação retórica coerente.

Abstract

In this text the Aristoteles categories's analysis is proceeded, generacally named as topics estabilishing to them a linguistic analysis, once they are accepted to be a taxonomy which reckons the sorts of meaning relations in a proposition context. In these terms they are based for constituting a sort of attribute passible or not of being applied to a certain kind of expression being that possibility which sets up them as detainers of a rhetoric coherent dispute.